

9.º Encontro Nacional S. Brás de Alportel, 9 de Maio de 2015

Memória do Encontro

Presentes: Alberto Melo, Ana Firmino, Ana Quintela, António Covas, Augusto Sousa e Jorge Nunes (Rumo), Paula Lourenço, Telma Guerreiro (Taipa), Catarina Maciel, Conceição Matos, Elisabete Pacheco (TAIPA), Hélder Guerreiro, Isabel Rodrigo, João Cordovil, João Ferrão, Jorge Revez (ADPM), Luís Chaves, Luísa Teotónio Pereira e Stéphanie Laurent (CIDAC), Kátia Travassos, Manuel Trindade, Maria Clara Lourenço (ADC Moura), Maria Mercês Covas, Paula Reis, Sara Trindade (APDES), Susana Sousa, Priscila Soares, Nelson Dias, Simone Júlio e Vanessa Sousa (IN Loco).

Ausentes que deram a conhecer a sua não participação: Artur Cristóvão, Cristina Coelho, Graça Rojão, Hermínia Gonçalves, Isabel Rodrigo e Jorge Miranda.

AGENDA

10h00-13h15 – Reunião do Fórum C&T (manhã)

10h:00 - Ponto de Encontro e visita à **LOJA “MADE IN LOCO”** (da Associação In Loco)

10h:40 - IN LOCO - Apresentação do território e da entidade que nos acolhe - Nelson Dias.

10h:50 - Ponto de situação dos desafios lançados pelo Fórum C&T

- Pinhal Interior Sul / Territórios de Baixa Densidade - António Covas
- Pequenas Ações Imediatas/Grandes Mudanças a Prazo - João Ferrão

11h:00 - Novos Desafios: Projetos e Propostas

- Carta ao Próximo Primeiro-ministro - João Ferrão;
- Portugal Inovação social – o que se pode fazer no âmbito do C&T? – Cátia e Ana Quintela;
- Participação do C&T em Comissões Sociais de Freguesia (Rede Social) Susana Sousa);
- Participação no projeto “Há Festa na Aldeias” dias 19, 20 e 21 de junho – Ecogerminar;
- Articulação com um Projeto Desenvolvido pela ADC Moura – Clara Lourenço.

11h:50 - Continuidade/próximos passos dos desafios lançados ao C&T:

- Projeto Cidadania & Território - Desenvolvimento Sustentado - Jorge Nunes
- Projeto Portugal Participa - Nelson Dias;
- Projeto Consumo Responsável - Luísa Teotónio Pereira;
- Fórum Finanças Éticas e Solidárias - Sara Trindade

12h:10 - Grupos de Trabalho - que propostas para futuro para a sua operacionalização/re- definição?

12h:50 - Informações/outros assuntos:

- Nota sobre a participação do C&T nas Conferências de Aljustrel - Jorge Nunes;

- Marcação do próximo Encontro (data e local);
- Outros assuntos;

13:30 - 14:30 - ALMOÇO PARTILHADO

14:30 - 17:30 – OFICINA TEMÁTICA: “TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE”

Animação da discussão a cargo de:

- João Ferrão, Investigador Coordenador do ICS;
- Nelson Dias, Presidente da In Loco;
- Hélder Guerreiro, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Odemira;
- António Covas, Docente da Universidade do Algarve;

17:30 - Encerramento e avaliação do Encontro



SÍNTESE DAS PRINCIPAIS AÇÕES E DECISÕES:

- Realização do 10.º Encontro do C&T no Alentejo, em Moura a 24 de Outubro de 2015 (com uma oficina dedicada ao tema da “Economia da Partilha”), antecedida, no dia 23 de Outubro, por um workshop sobre “participação”;
- Contributo para a reconstrução de uma segunda versão do Mapa Cognitivo dos Territórios de Baixa Densidade;
- Não aceitação do convite para participação na Comissão Social de Freguesia de Santa Maria Maior de Lisboa, em virtude da dificuldade de assegurar participação noutras Comissões Sociais de Freguesia e da sobreposição da representação do C&T com a representação individual de entidades parceiras nalgumas outras situações.

O Encontro teve início pelas 10:00h com uma visita à **LOJA “MADE IN LOCO”**, da Associação In Loco, situada no Mercado Municipal de São Brás de Alportel. De seguida o grupo dirigiu-se para as instalações da Associação In Loco onde teve lugar o desenvolvimento dos trabalhos.

1. ABERTURA

A EdC deu as boas vindas, agradeceu a presença de todos, apresentando de seguida, em traços gerais, o Programa do Encontro. Foi passada a palavra a Nelson Dias, Presidente da Direção da In Loco e anfitrião do Encontro, que iniciou os trabalhos com a apresentação do “território que nos acolhe”.

1.1. O TERRITÓRIO E A ENTIDADE QUE NOS ACOLHE

Nelson Dias, Presidente da Direção da Associação In Loco, procedeu a uma breve apresentação do “território e da entidade que nos acolhe”. Disse que a In Loco tem sede em S. Brás de Alportel, onde possui também a loja Made In Loco, que os participantes tiveram oportunidade de visitar. A Associação tem ainda um espaço próprio em Faro e outro protocolado com a Câmara Municipal de Loulé no interior do concelho. A In Loco é uma entidade sem fins lucrativos criada em 1988 e classificada como Pessoa Coletiva de Utilidade Pública desde 2001. Tem como missão promover o desenvolvimento de base local, com vista à melhoria da qualidade de vida da população nas suas múltiplas dimensões, apoiando para tal iniciativas para a animação, capacitação e organização das pessoas e entidades. Estas ações são desenvolvidas em parceria, numa lógica de integração e num quadro de processos de investigação-ação. Os objetivos estratégicos que persegue passam por qualificar e valorizar as pessoas e as organizações; qualificar e valorizar o território de intervenção numa perspetiva de sustentabilidade; promover a cidadania ativa e solidária; incentivar e apoiar o empreendedorismo e a iniciativa local, bem como produzir conhecimento de apoio à intervenção - (site: <http://www.in-loco.pt/>).

S. Brás de Alportel já foi uma freguesia de Faro e está atualmente a comemorar os 100 anos. Mais de 50% do território é rural, tem cerca de 10.000 habitantes. Fatores como boas acessibilidades e os preços competitivos da habitação permitiram que S. Brás crescesse em termos demográficos. Nos penúltimos censos esse crescimento chegou a atingir os 35%. A economia assenta essencialmente na exploração dos recursos locais, como a indústria da cortiça, extração de rochas calcárias, a agropecuária, a silvicultura, o comércio e os serviços.

2. PONTO DE SITUAÇÃO DOS DESAFIOS LANÇADOS

Neste ponto João Ferrão e António Covas fizeram uma referência aos desafios lançados no último Encontro do C&T, concretamente sobre a organização do evento nacional intitulado “Pequenas Ações Imediatas/Grandes Mudanças a Prazo” e sobre projeto aqui designado por “Pinhal Interior Sul, Territórios de Baixa Densidade”.

2.1. Pequenas Ações Imediatas/Grandes Mudanças a Prazo

João Ferrão, na sequência da apresentação da sua proposta de organização de um evento de carácter nacional designado por “Pequenas Ações Imediatas/Grandes Mudanças a Prazo” que visava contribuir para uma maior consciencialização cívica das possibilidades de mudança; uma maior visibilidade e reconhecimento de quem está no terreno a desenvolver ações verdadeiramente inovadoras, bem como colocar este tipo de questões, centrais para a rede C&T, nas agendas mediática e política, informou os presentes que, manifestamente, não teve condições nem disponibilidade para assumir a coordenação deste

evento que, sendo uma boa ideia, é, no entanto, “pesado” do ponto de vista da sua organização, pois exige condições logísticas complicadas e a mobilização de muitos atores. Ficou combinado que retomar-se-á esta ideia, a qual será repensada em data posterior e sem que o peso da responsabilidade recaia sobre João Ferrão.

2.2. Pinhal Interior Sul (PIS)

António Covas, coordenador do “projeto” designada de Pinhal Interior Sul (PIS), informou os presentes que no dia 23 de fevereiro de 2015, teve lugar uma reunião em Vila de Rei com o Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Aires, o Presidente da Assembleia Municipal, Prof. Doutor Paulo Brito, também docente e Diretor da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Superior Politécnico de Portalegre, na qual participaram três elementos da EdC (Jorge Nunes, Susana Sousa e Conceição Matos) e do C&T, a Mercês Covas e a Paula Reis, tendo sido esta última o elemento do Fórum que estabeleceu os contactos. Esteve também presente o Vice-Presidente do Executivo, Paulo César Luís. Nessa reunião foram apresentadas pelos elementos do C&T cinco propostas de trabalho: (i) Encontro Nacional no PIS sobre a temática da baixa densidade; (ii) evento sobre práticas territoriais significativas; (iii) Seminário sobre as estratégias das Comunidades Intermunicipais do Médio Tejo e da Beira Baixa para aquela região; (iv) programa sobre envelhecimento ativo e empreendedorismo social e (v) orçamento participativo do PIS. Estas propostas foram muito bem acolhidas pelos responsáveis locais, tendo o Presidente da Câmara decidido que iria reunir o Conselho Executivo do PIS, que é composto por quatro Câmaras: Vila de Rei, Proença-a-Nova; Sertã e Oleiros e tendo sido designada a Associação de Pinhal Maior, sediada na Sertã, na pessoa do seu Presidente, Dr. Augusto Moreira como interlocutor do Fórum C&T.

A este propósito, **Paula Reis** informou que o Prof. Doutor Paulo Brito, na qualidade de Diretor da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Superior Politécnico de Portalegre, terá manifestado o seu interesse em dinamizar uma das iniciativas, caso a Associação de Pinhal Maior não avance com o processo.

Ana Firmino, considera, a partir da sua experiência profissional, que neste tipo de territórios são necessários dirigentes que saibam correr riscos e tenham coragem para enfrentar as dificuldades. Disse, também, que quando se encontram pessoas com um espírito mais aberto, as coisas funcionam, mesmo quando os meios são escassos.

3. NOVOS DESAFIOS: PROJECTOS E PROPOSTAS

Este ponto da sessão foi dedicado à apresentação de projetos e propostas por parte de alguns elementos do C&T, nomeadamente, uma proposta formulada por João Ferrão para a redação de uma carta aberta ao próximo Primeiro-ministro; a apresentação pela Catarina Maciel e a Ana Quintela da Iniciativa “Portugal Inovação Social” e uma proposta apresentada pela Clara Lourenço da ADC Moura para a participação do C&T num *workshop* em Moura. Foram também dados a conhecer os convites formulados ao Fórum C&T para participar numa Rede Social e no Festival “Há Festa no Campo/Aldeias Artísticas”.

3.1. Proposta de redação de uma Carta aberta ao futuro Primeiro-ministro de Portugal

João Ferrão, tendo em conta que se aproximam dois importantes momentos eleitorais, sugeriu a redação de uma carta aberta ao próximo Primeiro-ministro que exprima as preocupações e a ambição do Fórum C&T sobre as questões do desenvolvimento territorial e que tenha como objetivo influenciar os programas partidários sobre esta matéria. Pelo facto de existirem preocupações comuns, João Ferrão sugeriu ainda que esta carta possa ser subscrita conjuntamente com a Federação Minha Terra e com a ANIMAR.

Para o efeito, foi criado um grupo de trabalho constituído por Nelson Dias, Luís Chaves e Jorge Revez, que ficou incumbido de contactar formalmente a Minha Terra e a ANIMAR no sentido da sua adesão a esta proposta, bem como de dar o “pontapé de saída” na redação da referida carta, que deverá ser submetida à consideração de todos.

3.2. Iniciativa “Portugal Inovação Social

Catarina Maciel e Ana Quintela, apresentaram a Iniciativa “Portugal Inovação social”, partilhando com os presentes a informação que recolheram a partir das reuniões em que participaram, chamando a atenção para os novos conceitos adotados e os instrumentos que integram a Iniciativa, alguns dos quais poderão ser potenciados pelo C&T.

A Iniciativa Portugal Inovação Social foi criada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 73-A/2014 e tem como objetivo desenvolver e dinamizar o mercado de investimento social para apoio a iniciativas de empreendedorismo e inovação social em Portugal. Tem uma dotação de 150 milhões de euros distribuídos pelos próximos 7 anos. Esses recursos financeiros são mobilizados através dos Programas Operacionais do Portugal 2020, concretamente (a) Programa Operacional Inclusão Social e Emprego; b) Programa Operacional Capital Humano e c) Programas operacionais regionais do continente.

Esta Iniciativa é composta pelos seguintes instrumentos:

- Fundo para a Inovação Social - trata-se de um financiamento de natureza grossista, com fundos participados para apoio a iniciativas e investimentos em inovação e empreendedorismo social em fase de consolidação ou disseminação, através da concessão de empréstimos, bonificação de juros, prestação de garantias ou quase-capital;
- Títulos de Impacto Social, que se traduzem na concessão de apoios reembolsáveis contratualizados em parceria, para financiamento de soluções inovadoras na prestação de serviços públicos, orientadas para a obtenção de resultados e redução de custos;
- Programa de Parcerias para o Impacto ou Filantropia de elevado impacto. São apoios não reembolsáveis a entidades da economia social (fundações e misericórdias), para suporte a iniciativas de inovação e empreendedorismo social de elevado impacto que se encontrem em fase embrionária ou exploratória;
- Programa de Capacitação para o Investimento Social, que consiste na atribuição de vales para apoio à formação e capacitação dos destinatários no desenho e implementação de projetos de inovação e empreendedorismo social.

A partir do trabalho de investigação desenvolvido pelo Laboratório de Investimento Social (LIS) - trata-se de uma estrutura criada pelo Instituto de Economia Social (IES) - procuraram explicar quais os conceitos-chave subjacentes a esta Iniciativa, que está muito centrada na valorização da medição do impacto das iniciativas e na capacidade dos projetos para mobilizarem investimento e gerarem receitas próprias, na senda da sustentabilidade económica. Foram identificados **6 conceitos-chave**, a saber: economia convergente; empreendedorismo social; inovação social; empresa social; investimento impacto/social e títulos de impacto social.

- A economia convergente, que inclui as ações de empreendedorismo social e de inovação social que resultam da interceção dos setores público, comercial e social.
- O Empreendedorismo Social diz respeito à implementação de soluções sustentáveis para problemas negligenciados da sociedade. O que aqui é valorizado é a criação de valor para a sociedade, e a criação de soluções inovadoras e distintas das existentes. A sua sustentabilidade deve assentar no modelo do negócio, bem como no empenho em capacitar os principais participantes da cadeia de valor.

- A Inovação Social, enquanto resultado bem-sucedido do processo de empreendedorismo social, assenta na ideia de apresentação de soluções distintas para um problema da sociedade, com impacto positivo comprovado e superior às soluções existentes, tendo em conta o custo de oportunidade dos recursos utilizados. Tais soluções deverão ser replicáveis para outros contextos. Salienta-se que o investimento social tem um foco prioritário no financiamento da disseminação de inovações sociais.
- Um outro conceito central é o da Empresa Social. A empresa social é uma organização com fins lucrativos, que aplica princípios comerciais (venda de bens e serviços) com o objetivo prioritário de maximizar a criação de valor para a sociedade no seu domínio de atuação. Estas empresas sociais são vistas como híbridas entre as empresas comerciais e as organizações de caráter mais assistencialista. Foi identificada a falta de mecanismos de financiamento e de apoio à capacitação destas estruturas.
- Investimento Impacto/Social, que resulta da aplicação de capital em atividades, organizações ou fundos, com o objetivo de obter simultaneamente um retorno financeiro e um retorno de valor para a sociedade.
- Títulos de impacto social (TIS), resultam essencialmente de ações de filantropia assentes em financiamento de projetos de caráter inovador por entidades gestoras dos (TIS) que emitem estes títulos e cujo retorno está sujeito aos resultados conseguidos. Foi dado o exemplo da Câmara Municipal de Lisboa, que tem um projeto de desenvolvimento da Educação Digital para as escolas, cujo financiamento, concedido pela Fundação Calouste Gulbenkian, obedece a esta lógica. As experiências mais conhecidas têm sido desenvolvidas no Reino Unido.

Finalmente, a Catarina Maciel e a Ana Quintela procuraram estabelecer a relação entre esta Iniciativa e as ações que são desenvolvidas no âmbito do C&T como por exemplo as relacionadas com as moedas sociais, com os circuitos curtos ou com a economia local, enquanto estratégias de promoção do desenvolvimento baseadas em metodologias participativas que procuram contribuir para aplicação prática dos conceitos de economia social, economia solidária e economia de proximidade.

(Apresentação em anexo)

Vanessa Sousa, para além das muitas dúvidas que ainda tem sobre a forma como esta Iniciativa irá ser operacionalizada, considera que para que estes projetos sejam bem-sucedidos são necessárias estruturas de animação e não acredita que possam existir apoios específicos para o seu funcionamento. Acrescentou ainda, em tom de desabafo, que “mais uma vez, o estado deposita responsabilidades nas estruturas de apoio social, mas sem o devido reconhecimento e sem que o trabalho dos técnicos seja devidamente remunerado”.

Luísa Teotónio Pereira, chamando a atenção para o facto de a generalidade das organizações se estarem a debater com dificuldades de natureza financeira que põem em causa a sua sustentabilidade, questionou-se sobre o objetivo deste tipo de iniciativas e aquilo que é exigido às organizações, como se estas tivessem de se ajustar permanentemente aos objetivos visados pelos programas e medidas políticas. Sugeriu que se faça uma oficina temática destinada a refletir sobre estas questões que são transversais à generalidade das entidades coletivas do C&T.

3.3. Convites feitos ao Fórum C&T

Susana Sousa, deu a conhecer um convite apresentado ao Fórum C&T pela Associação Gaio, no sentido de aquele vir a integrar a Comissão Social de Freguesia de Santa Maria Maior e Lisboa, colocando à

consideração dos presentes a decisão a tomar sobre essa matéria. Tendo em consideração o facto de o Fórum ser uma estrutura informal, foi decidido não existirem condições para essa participação.

Susana Sousa informou os presentes do convite dirigido ao Fórum C&T pela Ecogerminar, no sentido da sua participação no Festival “Há Festa no Campo/Aldeias Artísticas”, que decorre em Freixial e Juncal do Campo (Castelo Branco). Trata-se de um projeto financiado pelo programa Partis, da Fundação Calouste Gulbenkian, que visa estimular a economia local e a valorização do património imaterial e cultural, através da dinamização de atividades de carácter artístico. Visando a reativação de usos e costumes tradicionais, são organizadas festas, para cuja animação são convidados artistas urbanos.

(<http://ecogerminar.org/hafestanocampo/>)

3.4. Projeto, Pare, Escute e Olhe

Clara Lourenço apresentou um projeto que está a ser promovido pela ADC Moura, intitulado “Pare, Escute e Olhe”, que visa combater os preconceitos em relação às comunidades ciganas. Neste projeto está inscrita uma atividade que consiste na realização de um *workshop* para apresentação de resultados e partilha, discussão e recolha de contributos. Com este propósito, a oradora propôs que o próximo Encontro do C&T tenha lugar em Moura, realizando-se o *workshop* na véspera, de modo a permitir que membros do C&T possam participar nesta atividade.

(Conheça o projeto: <http://adcmoura.pt/pareescuteolhe/>)

4. CONTINUIDADE / PRÓXIMOS PASSOS DOS DESAFIOS LANÇADOS AO C&T

Jorge Nunes, Nelson Dias, Luísa Teotónio Pereira e Sara Trindade fizeram, respetivamente, um ponto de situação dos projetos “Cidadania & Território – Desenvolvimento Local Sustentado”, “Portugal Participa”, “Consumo Institucional Responsável” e “Fórum Finanças Éticas e Solidárias”

4.1. Projeto Cidadania & Território - Desenvolvimento Sustentado

Jorge Nunes, fez o ponto de situação dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do projeto “Cidadania & Território - Desenvolvimento Local Sustentado”, que têm assentado na disseminação de práticas significativas (na temática do desenvolvimento local), quer através ações formais como a participação em seminários, sessões com estudantes universitários, quer através de ações informais dirigidas a grupos de pessoas que manifestam interesse e vontade de regressar às suas terras de origem, e procuram conhecer e incorporar dinâmicas associadas à economia local.

Jorge Nunes destacou algumas das ações realizadas:

1. Produção de um vídeo de apresentação do projeto, realizado voluntariamente por um coletivo artístico independente (pode ser visto em: https://www.youtube.com/watch?v=J_NyKX5Uz88);
2. Outra atividade desenvolvida foi as “Oficinas do Poder”, que foram dirigidas a representantes de diferentes instituições locais ligadas à Rota do Guadiana e às Terras Dentro, com o objetivo de disseminar metodologias participativas (a dinamizar posteriormente com a população local). Estas oficinas do poder adotam uma metodologia participativa inovadora porque, a partir da visualização e experimentação criativa de soluções apresentadas pelos participantes, funcionam como um espaço de consciencialização, reflexão coletiva e resolução de problemas. Nessas oficinas, parte-se da identificação de um problema, analisa-se o mesmo e apontam-se soluções a partir do mapa de relações entre os diversos elementos. Esse mapa, que dá origem a uma história (tipo banda desenhada), a partir da participação coletiva;

3. Foram também dadas as conhecer as sessões de trabalho que tiveram lugar em Tondela, em Serpa e em Alcáçovas, as quais, com recurso à utilização de processos experimentais, visavam quer a disseminação de boas práticas já conhecidas, quer a identificação de novas boas práticas. Para além disso pretendia-se perceber que iniciativas, que princípios e que metodologias de intervenção, poderiam ser incorporadas ou aprofundadas, tendo em conta as características e necessidades de cada território. No Barreiro, procedeu-se à incorporação na proposta de DLBC das iniciativas “circuitos curtos” e “assembleias comunitárias”. Em Tondela, a partir do levantamento de práticas significativas, a autarquia incorporou a metodologia seguida pelo projeto como forma de melhorar o funcionamento do CLAS. Em Serpa e em Alcáçovas foi o exemplo da metodologia da Rede de Empregabilidade Barreiro I Moita que serviu de modelo de inspiração para a sua incorporação. Relativamente a este caso estão agendadas visitas técnicas por parte da Rota do Guadiana e das Terras Dentro à Rumo, de modo a melhor apreenderem o seu modelo de funcionamento.

Jorge Nunes deu nota tanto dos projetos em curso, como dos que irão ser desenvolvidos. Assim, referiu que, a partir de testemunhos vivos, irá dar-se início a um processo de recolha, partilha e difusão de histórias/narrativas associadas ao Barreiro Velho que deverá dar origem à criação de um acervo de memórias e retratos e à constituição de uma Assembleia Comunitária. Parte das recolhas integrará o acervo da autarquia e outra parte será trabalhada por artistas em residências artísticas na Escola Conde Ferreira. Estão também para ser agendados um conjunto de conferências, encontros e palestras associadas aos processos experimentais em curso. Terras Dentro e Rota do Guadiana desenvolvem as temáticas dos territórios de baixa densidade e da orientação de jovens em contexto rural. A ACERT pretende explorar a temática da oportunidade dos recursos locais, enquanto a RUMO pretende trabalhar a questão da participação, que visa aprofundar a temática/conceito de participação, destacando exemplos concretos de processos em que a partilha do poder de decisão é/foi uma realidade.

4.2. Projeto Portugal Participa

Nelson Dias fez o ponto de situação do projeto “Portugal Participa”, começando por um “ride” sobre o *site* do projeto www.portugalparticipa.pt, destacando os pontos relativos à agenda de eventos, às petições públicas, às notícias e à divulgação de anúncios de processos de consulta pública sobre as mais variadas temáticas. Destacou também o espaço dedicado ao observatório de práticas participativas sinalizadas tanto em Portugal como a nível internacional. No caso de Portugal estão já identificadas cerca de 130 experiências. Informou que uma das atividades do projeto consistiu na criação de uma rede de autarquias participativas, que foi constituída a 3 de dezembro de 2014 em Cascais e conta atualmente com 43 autarquias.

No âmbito desta rede, as intervenções estão estruturadas segundo dois eixos. Um ligado à formação, no âmbito do qual estão a ser estruturadas ações de formação e outro ligado a processos de experimentação, no âmbito do qual estão a ser desenvolvidos dois tipos de atividades: um projeto-piloto que envolve os municípios de Cascais, Odemira, Funchal e Porto e o alargamento do território de experimentação de metodologias ligadas ao orçamento participativo com os municípios de Águeda, Lousã e Caminha.

Os quatro municípios envolvidos no projeto-piloto vão ter práticas distintas. No município do Funchal vai ser experimentada uma prática inovadora, que consiste na criação de núcleos comunitários de proteção civil. Estes núcleos serão dotados de meios tecnológicos para o efeito (ex: estações meteorológicas) e contarão também com o apoio de especialistas brasileiros; o município de Odemira privilegiou uma intervenção na revisão do plano diretor municipal que vai para além do previsto na lei. Cascais vai testar boas práticas de participação, uma diz respeito à participação dos cidadãos em políticas municipais de saúde, enquanto a outra será na área das obras públicas. Neste caso a participação dos cidadãos far-se-á ao longo de todo o processo, desde a decisão da adjudicação, à execução do projeto (conceito de obra aberta).

O município do Porto vai envolver os municípios da freguesia de Campanhã num processo de decisão sobre o matadouro ali localizado. Os resultados destes projetos serão apresentados numa espécie de guia, que visa a sua disseminação. Estão também a ser planeadas ações de formação a realizar em Alfandega da Fé, Águeda, Alenquer, Loulé, Funchal e Ponta Delgada. Algumas destas ações adotarão o formato de oficinas abertas sobre as temáticas que estão a ser trabalhadas por estas autarquias, estando também identificados outros temas como: dados abertos ao serviço dos municípios; índice de transparência municipal, observatório das políticas públicas, participação da terceira idade, infância e juventude e o ordenamento do território. Neste ponto Nelson Dias referiu ser possível integrar alguns contributos por parte do C&T. Finalmente, Nelson Dias informou que foi estabelecido um acordo com quatro empresas ligadas às TIC, com experiência no desenvolvimento de ferramentas de participação eletrónica, que aplicarão uma taxa de desconto às autarquias da rede que queiram recorrer aos seus serviços para a aquisição de tais ferramentas.

João Ferrão – deu nota de que no ICS existem quatro observatórios de políticas públicas e sugeriu que seria interessante cruzar o projeto de experimentação que vai ser desenvolvido no Funchal com o ClimAdapt, na medida em que se trata de um projeto que visa a implementação de Estratégias Municipais de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC) e a sua integração nas ferramentas de planeamento municipal. Estão já envolvidas na iniciativa 26 autarquias, entre as quais a do Funchal.

Ver: <http://climadapt-local.pt/>

4.3. Consumo Institucional Responsável

Luísa Teotónio Pereira, distribuiu um documento que estabelece os objetivos, atividades e metas a atingir relativas à Iniciativa “Consumo institucional responsável”, que foi apresentada no último encontro e que, promovida pelo CIDAC, RUMO, Coolabora e o/a? ADC Moura, visa identificar o tipo de consumo efetuado pelas organizações e como poderão ser promovidos mecanismos de entreaajuda.

4.4. Fórum Finanças Éticas e Solidárias

Sara Trindade da APDES – fez um balanço do Encontro sobre Finanças Éticas e Solidárias (Fórum FES 2015) realizado no Porto, nos dias 16 e 17 de janeiro, que contou com 380 inscrições. A organização do FES reuniu 11 entidades copromotoras, entre as quais o Fórum C&T e 25 entidades parceiras, tais como a **FEBEA** - Federação Europeia de Bancos Éticos e Alternativos e a RIPESS UE - Rede Europeia de Economia Solidária. O processo de preparação do Fórum teve início com a elaboração de um mapeamento das entidades do terceiro setor que pudessem ter interesse em refletir sobre instrumentos financeiros alternativos em Portugal e potenciar a construção de uma rede. Deste Fórum resultou a elaboração de um Manifesto sobre Finanças Éticas (em anexo), desenvolvimento sustentado e economia de desenvolvimento, bem como a proposta de construção de uma Plataforma de Finanças Éticas em Portugal. A Carta do Porto - Manifesto para as Finanças Éticas e Solidárias, encontra-se disponível para subscrição [aqui](#).

5. Grupos de Trabalho - que propostas para futuro para a sua operacionalização/re- definição?

No Encontro que teve lugar em Santa Comba Dão foram constituídos diversos grupos de trabalho (Circuitos Curtos, Moedas Sociais, Metodologias Participativas, Economia Local, Programação 2014-2020 e Sustentabilidade e Lobby) que não têm tido grande dinâmica e cuja operacionalização ou re-definição importa discutir. Foi com esse propósito que neste ponto se lançou a discussão sobre essa questão, tendo sido as seguintes as opiniões expostas:

Jorge Nunes – referiu que os grupos constituídos no âmbito do C&T não têm tido grande dinâmica, nem

sido objeto de grandes solicitações de participação. No entanto, no seio do C&T vêm surgido novas temáticas agregadoras que têm mobilizado a intervenção de elementos do Fórum, nomeadamente temas como os territórios de baixa densidade ou o consumo ético responsável.

Vanessa Sousa – foi de opinião que neste Fórum têm surgido projetos que têm orientado pessoas para a ação e contribuído para que esta estrutura ganhe forma e a consolidação dos grupos se faça através desses projetos, bem como das ações e das ideias que vão surgindo. Na altura, a constituição dos grupos justificou-se pela necessidade de haver algo que mobilizasse as pessoas. Considerou que é mais interessante a forma como atualmente o Fórum se tem organizado, uma vez que as temáticas que têm surgido, têm sido trabalhados através dos projetos que se têm criado em torno delas. Também as partilhas que têm tido lugar no seio do Fórum permitem lançar novos desafios e pensar em novos projetos para o futuro

Hélder Guerreiro, considerou que seria importante a produção de conhecimento, sugerindo que em cada Encontro se fizesse a pré-preparação de um tema que, discutido e aprofundado, produzisse opinião que conduzisse a uma ação prática.

A este propósito, **João Cordovil** lembrou o documento escrito e produzido no seio do Fórum sobre programação 2014-2020 e sugeriu que o C&T elegesse o tema coesão territorial como tema central de reflexão, uma vez que trata de uma matéria que tem a ver com a própria génese do Fórum. Considera que as políticas públicas não têm sido eficazes na promoção da coesão territorial, uma vez que o País se tem desenvolvido de forma extremamente assimétrica.

Ainda sobre este ponto da discussão, **João Ferrão** foi de opinião de que há temas que devem ser apresentados de modo a permitir algum tempo de reflexão, uma vez que a forma como se tem evoluído ao nível de alguns conceitos e as suas implicações práticas devem conduzir a uma discussão e reflexão interna aprofundada. Deu como exemplo os conceitos de economia da partilha e de inovação social (apresentada neste Fórum), que hoje pouco têm a ver com a forma como inicialmente foram formulados, uma vez que os conceitos foram entretanto “capturados” por uma lógica empresarial. O Fórum deveria ser capaz de antecipar alguns debates, como forma de se preparar para a apresentação em tempo útil de argumentos e propostas, evitando ser confrontado com soluções definitivas nas quais não se revê.

Luísa Teotónio Pereira, na sua intervenção colocou a tónica em três aspetos em relação aos quais considera dever ser tida uma especial atenção: (i) não deixar coisas em banho-maria. É preferível assumir que há grupos de trabalho que se extinguiram; (ii) Eleger temas e aprofundá-los. “Tratamos de muita coisa, trocamos imensa informação, mas aprofundamos pouco”; (iii) monitorar a identidade do Fórum que se vai construindo na informalidade que escolhemos que fosse.

António Covas, considera que o Fórum deve adotar duas estratégias. Por um lado, assumir a posição do “grupo de/dos indignados”, denunciar situações graves e emitir opiniões. Por outro lado, ganhar visibilidade através de uma ação direta e agindo de forma exemplar. “Deixar a retórica” e passar à prática. Enquanto não partirmos para a ação direta, não existimos. Podemos continuar a fazer estes Encontros, mas são inconsequentes”. A este propósito, **João Ferrão** considera que as organizações onde cada um de nós trabalha fazem isso todos os dias. “Têm ação direta e são exemplares”. O Fórum é também uma forma de construção coletiva de ideias que cada um de nós transporta para os sítios onde trabalha. Daqui, através de um processo de co-construção, saem ideias que provavelmente nenhum de nós teria por si só e que leva para as suas instituições, para junto das pessoas com quem se relaciona, exercendo, dessa maneira, a sua influência.

5. INFORMAÇÕES

Jorge Nunes informou que o C&T foi convidado para integrar o Conselho Científico & Cooperação das Conferências de Aljustrel, estando esta representação assegurada por si próprio. Este evento é promovido pela Câmara Municipal de Aljustrel com o apoio da ESDIME, terá lugar no dia 15 de maio e mantém como tema central do debate as questões da Cidadania, Inovação & Território, sendo esta edição dedicada ao tema específico “Da construção de Territórios Atrativos nas Baixas Densidades”. Jorge Nunes apresentou o Programa do evento o qual é composto por dois painéis: “A ‘Memória’ nas Estratégias Territoriais Atrativas – Que Marketing Territorial?” e “Contributos da Diáspora Migrantes Internacionais & Desenvolvimento Local” (<http://www.conferenciasdealjustrel.com>).

6. OFICINA TEMÁTICA: "TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE"

Durante o período da tarde teve lugar a Oficina subordinada à temática da dos Territórios de Baixa Densidade (TBD), que contou com as intervenções de João Ferrão, Investigador Coordenador do ICS, Hélder Guerreiro, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Odemira e António Covas, Docente da Universidade do Algarve. Nelson Dias, presidente da Associação In Loco, optou por não fazer nenhuma intervenção uma vez que integrou o grupo que elaborou a primeira versão do mapa cognitivo e considerar ser importante dar espaço para que outras pessoas possam expressar-se.

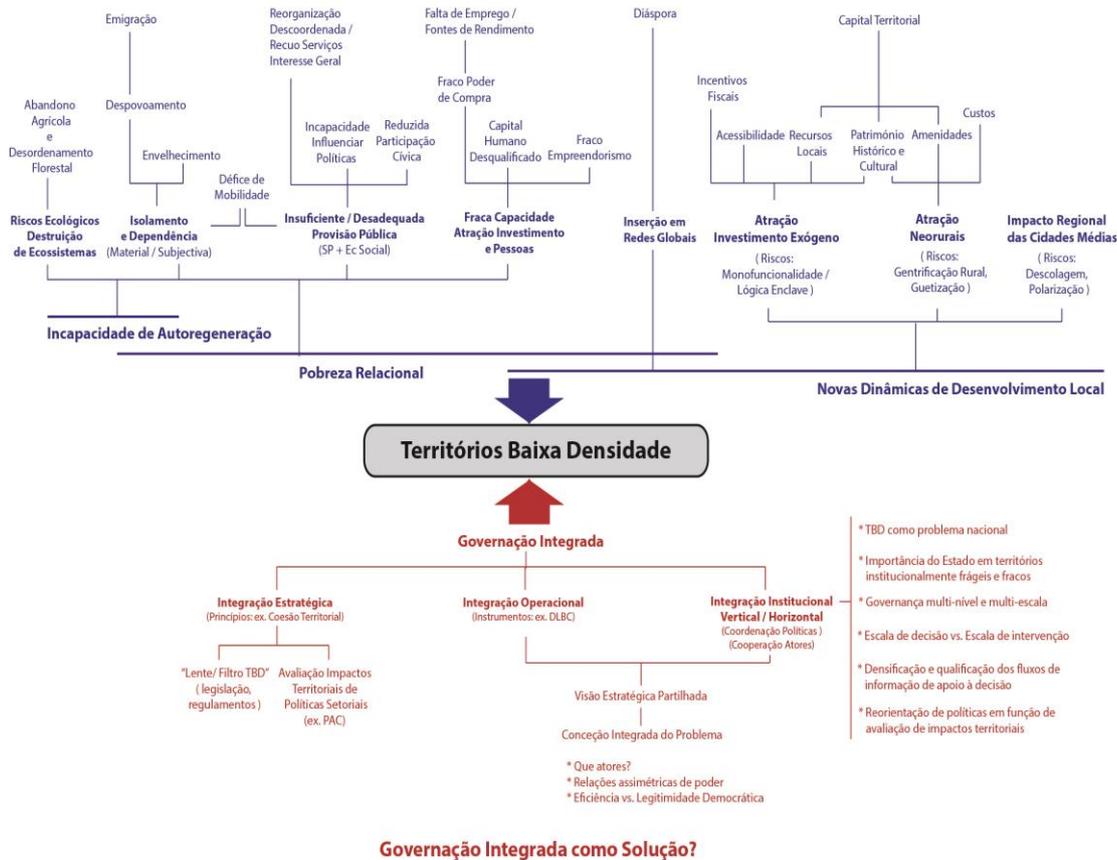
João Ferrão começou por fazer uma breve apresentação do Fórum GovInt, Fórum para a Governação Integrada, coordenado pelo Instituto Padre António Vieira (IPAV), que conta também com o envolvimento de várias instituições, entre as quais algumas Universidades. Este Fórum, que incide essencialmente sobre problemas de natureza social, adota dois conceitos chave: (i) *wicked problem*, que diz respeito a **problemas complexos** para cuja solução é necessário envolver múltiplos atores e (ii) **governação integrada** como resposta a tais problemas complexos. Dado que pode suscitar diferentes visões, o conceito de governação integrada encerra em si alguma ambiguidade. Efetivamente, no seu sentido mais restrito diz respeito à articulação entre vários ministérios do mesmo Governo. Numa visão um pouco mais ampla refere-se à relação que se estabelece entre aqueles e a Administração local. Numa perspetiva ainda mais abrangente, inclui o exercício de uma governança aberta em cujo âmbito se incluem os vários ministérios, as autarquias e todos os *stakeholders* relevantes.

No âmbito do GovInt foram constituídos 7 grupos temáticos, entre os quais, coordenado por João Ferrão, o dos Territórios Vulneráveis, que foi subdividido em dois subgrupos: Territórios de Baixa Densidade e Bairros Prioritários. No âmbito dos diferentes grupos temáticos foi solicitada a construção de um mapa cognitivo (*mind map* ou mapa concetual), com recurso a uma metodologia colaborativa. A questão de partida para a sua elaboração prendia-se com a necessidade de perceber em que medida a governança integrada constitui uma boa resposta para os problemas sociais complexos. A primeira versão do mapa, apresentada pelo grupo dos territórios vulneráveis, resultou de dois *workshops* realizados no ICS. Desse documento, agora apresentado à discussão e apreciação de todos os membros do Fórum presentes, resultará a construção de uma segunda versão, que será apresentada e discutida num Encontro Nacional que terá lugar no dia 4 de junho na Fundação Calouste Gulbenkian. Deste Encontro deverá resultar uma nova proposta de mapa cognitivo que, reconfigurada em função dos contributos recebidos, será apresentada num Encontro Internacional que terá lugar em outubro próximo, onde serão dados a conhecer os resultados do trabalho desenvolvido pelos vários grupos temáticos.

João Ferrão fez uma breve explicação do mapa cognitivo que se encontra dividido em duas grandes linhas: uma que corresponde à identificação dos problemas associados aos Territórios de Baixa Densidade e outra correspondente a possíveis respostas a esses problemas dadas através de soluções de governança integrada.

Figura: Mapa Cognitivo (versão n.º 1)

Territórios de Baixa Densidade como Problema Complexo



Ideias centrais refletidas no mapa (v1): (i) **incapacidade de autorregeneração** – perceber em que medida é que em determinadas situações não estaremos abaixo de limiares que inviabilizam a autorregeneração (isso pode ser visto tanto do ponto de vista demográfico, como ecológico). Num caso extremo teremos que abaixo de um determinado limiar de autorregeneração não há vida; (ii) **pobreza relacional** – no sentido em que a baixa densidade não se resume ao plano demográfico, mas sim à baixa densidade relacional. . “Não há relações entre as pessoas, as empresas, as autarquias, as organizações não-governamentais ou entre as vantagens das cidades e as vantagens das áreas mais frágeis”; (iii) **capital territorial** e novas dinâmicas de desenvolvimento local em territórios de baixa densidade, através das quais se pretende identificar o potencial de mudança, os domínios a mudar, os atores dessa mudança, e ainda os riscos associados a essa mudança. Como elementos fundamentais para suscitar novas dinâmicas de desenvolvimento local em TBD foram identificados: a atração de investimento externo, a atração de neorurais e os impactos regionais das cidades médias, se bem que estas nem sempre sejam fonte de dinâmicas sistémicas de desenvolvimento nem gerem externalidades positivas porque, funcionando numa lógica de enclave ou polarizada, continuam, paradoxalmente, a reforçar a pobreza relacional.

Relativamente à questão de saber como é que a governança integrada poderá ser a solução para os problemas complexos dos Territórios de Baixa Densidade, a resposta foi deixada em aberto, na medida em que se considerou que mesmo que a governação integrada possa ser uma solução, isto é, se revele útil, dê um contributo positivo e acrescente valor, nunca será a solução única porque muitos dos problemas estruturais são decididos a outro nível. Nesta versão do mapa cognitivo considerou-se que a governação integrada deve ser implementada/conseguida tendo em consideração três níveis de integração igualmente importantes e que se complementam entre si: (i) **integração estratégica**, assente em princípios (ex: coesão

territorial) que adotem como regra geral para a elaboração de documentos estratégicos, regulamentares e legislativos, o “filtro do TBD” e a avaliação de impactos; (ii) **integração operacional**, que tem por base instrumentos (iii) e **integração institucional** (vertical e horizontal), que reflete a coordenação de políticas e de atores. Tanto a integração operacional como a institucional pressupõem a construção colaborativa de uma visão integrada do problema e da sua definição estratégica para, a partir daí, se identificarem os instrumentos e as estratégias de coordenação que permitam uma governação integrada eficaz. Foi, finalmente, referida a ideia central, que faz toda a diferença, de que o problema dos TBD não é um problema das pessoas que os habitam, mas deve ser assumido como um problema nacional. A tensão que nestes territórios se verifica entre a pobreza relacional que os caracteriza, seja de velha, seja de nova geração, e as soluções de governação integrada, excecionalmente exigentes do ponto de vista relacional, que propomos, impõe, para que se contorne uma certa contradição que pode existir entre o tipo de solução que se deseja e as características estruturais destes territórios, que se evitem duas “armadilhas”: a de que os problemas dos TBD não são apenas dos TBD mas do país e a de que não existe um, mas vários níveis de pobreza relacional, pelo que se deseja que, em territórios institucionalmente frágeis e fracos, tenham lugar intervenções integradas.

João Ferrão terminou a sua apresentação com uma nota pessoal, referindo que gostou muito deste exercício porque só com bons diagnósticos é possível conseguir boas intervenções. Fez ainda um apelo ao grupo para que, com as suas intervenções e reflexões, dê um contributo no sentido de justificar não apenas a opção estratégica de se considerarem os Territórios de Baixa Densidade como um dos subgrupos temáticos no âmbito do Fórum GovInt, mas também que a governação integrada pode ajudar a minimizar algumas dificuldades deste problema complexo e ainda para evidenciar que os membros do Fórum têm capacidade para estimular a mudança nestes territórios.

Nota: Esta primeira versão do mapa cognitivo, que foi sujeita à apreciação e discussão, encontra-se em anexo a este documento.

Hélder Guerreiro, fez a sua intervenção com base na sua experiência de vida e de autarca em Odemira. Começou por referir que os territórios de baixa densidade estão associados a uma visão negativista que condiciona a apreensão dos seus aspetos positivos. Sugeriu que em vez de se falar em territórios de baixa densidade, estes se passem a designar por territórios descongestionados, na medida em que estes territórios são atrativos e representam qualidade de vida. Referiu a situação de pessoas que optam por viver nestes territórios, verificando-se, porém, que ao fim de dois anos “são poucos os que vêm e ficam”, sugerido, por isso a necessidade de trabalhar as questões da imagem e da comunicação entre os “velhos” e “novos” habitantes.

Os TBD têm três *handicaps*: o problema da idade, das baixas qualificações e do fraco capital relacional, que não se compadecem com as atuais exigências de um mundo em mudança e as múltiplas solicitações inerentes a esse processo, solicitações como as novas formas de comunicar, os níveis de qualificação exigidas, os novos produtos que inundam os mercados, etc.

Hélder Guerreiro apresentou quatro propostas: (i) passar a designar-se estes territórios como territórios descongestionados, de modo a realçar aspetos relacionados com atratividade e vantagem competitiva (ii) um novo modelo de governação colaborativa e de corresponsabilização, o que implica ter de se proceder à desconstrução dos poderes locais, nomeadamente no que diz respeito à forma como as autarquias se relacionam com as populações que se processa ainda de uma forma muito verticalizada e não tanto numa lógica horizontal. “Há aqui um problema grave de comunicação”; (iii) um novo modelo de acesso à informação e aos serviços, que passe pela reconfiguração das relações entre os vários concelhos numa ótica de rendibilização de recursos; (iv) chamou a atenção para a questão das prioridades definidas no âmbito dos vários programas comunitários que podem contribuir para que nos territórios se estructurem respostas

integradas de desenvolvimento. Isso no caso de esses programas permitirem a articulação entre si e estiverem comprometidos com o território.

António Covas, fez uma intervenção centrada em torno dos constrangimentos que condicionam positiva e negativamente os territórios de baixa densidade, bem como dos fatores de oportunidade que podem ser valorizados de forma a dar visibilidade ao “lado virtuoso” da baixa densidade (BD):

- **O lado negativo da BD:** umas vezes nostálgico outras vezes melancólico, o conceito carrega energia negativa. É um inibidor da vontade e da mudança, visando apenas gerar capital de queixa para uma posterior estratégia reivindicativa;
- **A visão utilitarista da BD:** a baixa densidade é um conceito de conveniência que se for bem espremido diz-nos quase tudo o que quisermos ouvir; a BD é “uma mina” que rende e que importa explorar;
- **O lado virtuoso da BD:** trata-se de reinventar a complementaridade entre o lado vicioso e o lado virtuoso da BD, de modo a construir uma nova argumentação, positiva, em redor desta complementaridade virtuosa;
- **O custo de oportunidade da BD:** a BD é uma variável endógena da política macroeconómica e da política de conjuntura; em cada momento é necessário avaliar o custo de oportunidade da despesa pública, quando os recursos são escassos e o país atravessa períodos de ajustamento;
- **A leitura longa da BD:** a baixa densidade inscreve-se num ciclo longo de vida, não é um epifenómeno conjuntural. Ela depende de soluções estruturais que, infelizmente, sofrem oscilações constantes devido ao “imperativo” das políticas conjunturais;
- **A BD nunca terá uma solução meramente local:** ela dependerá sempre de uma solução multi-escalar e de *multi-level governance*, isto é, dependerá de estruturas reticulares e colaborativas;
- **A BD precisa de territórios-rede:** ela precisa de ser ensaiada através da construção de T-R dotados de um ator-rede competente para experimentar no terreno concreto soluções de investigação-ação;
- **A BD precisa da sociedade da informação e do conhecimento:** a BD pode ser totalmente recriada por via dos diversos universos virtuais e os seus ativos materiais podem aparecer totalmente transfigurados pelo valor acrescentado dos seus ativos imateriais;
- **A BD e a renovação do capital social:** sem esta renovação dificilmente emergirá o lado virtuoso da BD; as redes sociais e a sociedade colaborativa podem dar um contributo inestimável para este desiderato;
- **A BD e os sinais distintivos territoriais (SDT):** uma boa investigação-ação sobre os SDT, materiais e imateriais, associados a patrocinadores de mérito reconhecido, pode operar pequenos milagres e trazer surpresas muito agradáveis para o lado virtuoso da BD.

5. ENCERRAMENTO E AVALIAÇÃO DO ENCONTRO

Antes do encerramento dos trabalhos, os membros do Fórum C&T fizeram um balanço muito positivo do 9º encontro. Procedeu-se à síntese das conclusões do Encontro e marcou-se a data e o local do **10.º Encontro Nacional**, tendo ficado acordado o dia **24 de Outubro no Alentejo, em Moura**.

Em anexo a esta Memória, encontram-se:

- Os *powerpoint* de suporte às comunicações;
- A versão n.º 1 do mapa cognitivo, Territórios de Baixa Densidade.

A Equipa de Coordenação, 9 de maio de 2015

Susana Sousa

Jorge Nunes
Conceição Matos
Hermínia Gonçalves
Telma Guerreiro